

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1: Noções Preliminares de	
Direito Previdenciário	3
1.1. Seguridade Social.....	3
1.1.1. Saúde.....	5
1.1.2. Assistência Social.....	7
1.1.3. Previdência Social.....	8
1.2. RGPS (Regime Geral de Previdência Social) e	
o RPPS (Regime Próprio de Previdência Social).....	10
1.2.1. O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).....	13
1.3. Contribuinte, Segurado e Beneficiário	14
1.3.1. Segurados Obrigatórios	17
1.3.2. Segurados Facultativos.....	21
1.4. Princípios Constitucionais da Seguridade Social	
Face ao Auxílio-Acidente	23
1.4.1. Seletividade e Distributividade na Prestação	
de Benefícios Auxílio-Acidente	26
1.4.2. Uniformidade e Equivalência do Auxílio-	
Acidente entre as Populações Urbanas e Rurais	28
1.4.3. Princípio da Irredutibilidade do	
Valor dos Benefícios	30
1.4.4. Equidade na Forma de Participação e Custeio	
do Benefício Auxílio-Acidente e os segurados	
cobertos e excluídos	31
1.4.5. Princípio da Diversidade da	
Base de Financiamento	33

1.4.6. Caráter Democrático e Descentralizado da Gestão Administrativa – INSS, gestor do Auxílio-Acidente	35
1.4.7. Princípio da Preexistência do Custeio em Relação aos Benefícios ou Serviços ou Regra da Contrapartida: A Razão da Carência.....	38
1.5. Contribuições Sociais Destinadas ao Custeio do Auxílio-Acidente.....	40
Capítulo 2: Evolução Histórica do Auxílio-Acidente	47
2.1. Origem: Seguro e Indenização.....	47
2.2. Evolução da Proteção Social: Seguro Obrigatório e o Surgimento do Auxílio-Acidente	51
2.3 – A Constituição de 1988 e a Lei nº 8.213/91: Auxílio-Acidente Hoje.....	58
Capítulo 3: Estrutura da Norma Jurídica do Auxílio-Acidente	63
3.1. O Auxílio-Acidente na Legislação Atual	66
3.1.1. Fundamento do Benefício	71
3.2. Hipótese da Regra Matriz.....	76
3.2.1. Critério Material	78
3.2.1.1. Requisitos para a Concessão do Benefício.....	82
3.2.1.2. Desnecessidade de Período de Carência	84
3.2.1.3. Condição de Segurado	88
3.2.1.4. Acidente de Qualquer Natureza ou Doença Ocupacional.....	91
3.2.1.4.1. Acidente	96
3.2.1.4.1.1. Definição	97
3.2.1.4.1.2. Acidente de Trabalho	98
3.2.1.4.1.3. Concausalidade	101
3.2.1.4.1.4. Ato de Terceiros	103

3.2.1.4.1.5. Caso Fortuito ou Força Maior	104
3.2.1.4.1.6. Acidente “in itinere”	105
3.2.1.4.1.7. Acidente de Qualquer Natureza	108
3.2.1.4.2. Doença.....	110
3.2.1.4.2.1. Definição	110
3.2.1.4.2.2. Doença Profissional	112
3.2.1.4.2.3. Doença do Trabalho.....	116
3.2.1.4.2.4. Doenças Excluídas da Proteção.....	118
3.2.1.5. Incapacidade Laboral Parcial e Permanente	122
3.2.1.5.1. Incapacidade para Atividades Cotidianas	127
3.2.1.6. Desnecessidade de Existência de Benefício Anterior.....	128
3.2.1.7. Perícia	132
3.2.2. Critério Espacial	135
3.2.3. Critério Temporal	138
3.3. Consequência da Regra Matriz.....	142
3.3.1. Critério Pessoal (Sujeito Ativo e Passivo).....	143
3.3.1.1. Segurados Protegidos.....	145
3.3.1.2. Segurados Excluídos.....	147
3.3.1.3. Aquisição da Qualidade Segurado	152
3.3.1.4. Manutenção da Qualidade de Segurado	154
3.3.1.5. Perda da Qualidade de Segurado	157
3.3.1.6. Reaquisição da Qualidade de Segurado	160
3.3.2. Critério Quantitativo (Base de Cálculo e Alíquota)	160
3.3.2.1. Natureza da Prestação do Auxílio-Acidente	165
3.3.2.2. Renda Inferior ao Salário-Mínimo	170
Capítulo 4: Dinâmica do Auxílio-Acidente.....	177
4.1. Início do Benefício	178
4.2. Cumulatividade com Outros Benefícios	181
4.3. Reabilitação Profissional: Alta do Benefício?	184

4.4. Abono Anual.....	188
4.5. Extinção do Benefício e o Fim da Natureza Vitalícia	189
4.6. Proteção Social em Caso de Acidente ou Doença.....	193
4.6.1. Espécies de Auxílio-Acidente	194
Capítulo 5: Consequências do Acidente de Trabalho.....	197
5.1. Estabilidade no Emprego do Acidentado	197
5.2. Emissão do CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho)	200
5.3. Responsabilidade Civil do Empregador e Ação Regressiva	203
5.4. Depósito do Fundo de Garantia	210
Conclusão	213
Referências	219